

E A QUESTÃO DA INFORMÁTICA?

782

Zamor, Sigmaringa e Hélio

A reserva de mercado, na área de informática, interessa ao País?

Zamor — Falar em informática é falar em tecnologia. Como é que nós vamos manter o comércio da informática no Brasil se nós não tivermos tecnologia para isso? Então, há necessidade de que nós primeiro procuremos encontrar uma solução para adquirir essa tecnologia, para depois dizermos: essa tecnologia é brasileira. Nós continuamos ainda no primarismo da informática; se isso for mantido os Estados Unidos e outros países vão alcançar tamanha evolução que o Brasil jamais terá condições de acompanhar. Então, hoje há algo a ser feito para que o Brasil mantenha a sua tecnologia própria para podermos dizer que somos a favor da informática. Do contrário, nós seremos subordinados.

Estamos amarrados e temos que nos curvar diante de quem tem a tecnologia para nos im-

por. Se não conseguirmos uma tecnologia própria, urgente, o Brasil terá que aceitar todas as condições que já estão querendo nos impor os Estados Unidos, até na nossa própria casa.

Sigmaringa — Eu, evidentemente, sou a favor da reserva e acho que tem que ser absoluta, porque diz respeito à própria soberania da Nação. Sou a favor da reserva, não só na fabricação de computadores.

Hélio Doyle — Acho que a informatização da sociedade é inversível, o Brasil precisa da informatização e o domínio da informática é fundamental para o desenvolvimento do País em todos os setores. Eu acho que a solução, o caminho, é a reserva de mercado, embora ela corra riscos. Recentes ofensivas dos ministros Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel e de outros altos escalões do governo quanto à política de reserva de mercado, que se expressaram recentemente na decisão sobre a questão do software, da revoga-

ção de resoluções do Conim pelo Presidente Sarney, nos obrigam inclusive a ficar mais atentos a essa questão. Se nós deixarmos esses setores na defesa dos interesses dos Estados Unidos, das empresas multinacionais do setor prevalecerem, o País vai ficar eternamente dependente do estrangeiro em relação à informática.

Não basta ser a favor da reserva, nós temos que defender também na Constituinte a questão da privacidade do cidadão em relação a informática, não deixar que a privacidade seja violada pelos computadores, ou seja, o cidadão tem direito de saber o que consta sobre eles; o uso dessas informações tem que ser restrito.

Acho também que nós temos que defender na Constituinte a participação dos trabalhadores nas decisões que digam respeito a informatização das empresas, não só para preservar o mercado de trabalho, como também em todos os outros aspectos.